



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

QUARTA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BETIM/MG
PROMOTORIA ESPECIALIZADA NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E FUNDAÇÕES

Curadoria do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

Referência: Inquérito Civil n.: 0027.17.002968-3

Assunto: RECOMENDAÇÃO

Betim, 09 de março de 2021

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da 4ª Promotoria de Justiça de Betim/MG, com fundamento na Lei 8.625/93, art. 26, inciso VII, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, e na Lei Complementar Estadual nº 34/1994, art. 67, inciso VI, visando à efetividade do que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, vem expedir a presente

RECOMENDAÇÃO

sem caráter vinculante e respeitada a independência dos Poderes, à Excelentíssima Senhora Marilene Silva Santana Pimenta, Secretária de Educação do Município de Betim, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

CONSIDERANDO que constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preconiza o artigo 127, *caput*, da Constituição da República;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSIDERANDO que a Constituição da República dispõe que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, *caput*);

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade administrativa a conduta de agente público que atenta contra os princípios da administração pública (art. 11 da Lei n. 8.426/92);

CONSIDERANDO que foi instaurado nesta Promotoria de Justiça o inquérito civil MPMG 0027.17.002968-3 para apurar possíveis irregularidades na realização do processo seletivo destinado à designações no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Betim;

CONSIDERANDO que só existem duas exceções constitucionais à realização de concurso público: contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público e a nomeação para cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 6.282/2017 determina que contratações de pessoal por tempo determinado para atender a demanda transitória de substituição ou para o preenchimento de cargo vago, inexistindo candidato aprovado em concurso público correspondente em vigor serão efetuadas por processo seletivo simplificado;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica do Município de Betim, em seu artigo 43, § único, dispõe que "A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. Parágrafo único: O disposto neste artigo não se aplica a função do magistério";



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSIDERANDO que após diligências realizadas por esta Promotoria de Justiça, verificou-se que o Município de Betim realizou processos seletivos por meio de designação para seleção de profissionais para atuarem na Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que as vagas oferecidas nos referidos editais de designação se referem a cargos de atividades permanentes do serviço educacional as quais, em regra, devem ser preenchidas mediante realização de concurso público e excepcionalmente por contratação temporária;

CONSIDERANDO que a designação é modalidade anômala de ingresso no serviço público, contrariando os princípios constitucionais da isonomia, da impessoalidade, da moralidade administrativa, da obrigatoriedade de realização de concurso público e da excepcional contratação temporária;

CONSIDERANDO que a Nota Jurídica Conjunta nº 03/2020 – CAOPP/PROEDUC concluiu que o processo seletivo de designação adotado pelo Município de Betim está dissonante da própria legislação municipal que disciplina os casos de contratação temporária de servidores, bem como da regra constitucional que rege a matéria;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público “expedir recomendação visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo para a adoção das providências cabíveis”, consoante o disposto no artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, incisos II e III, da Constituição da República de 1988; 119, caput, e 120, incisos II e III, da Constituição Estadual de 1989; 27, caput, parágrafo único e inciso IV, da Lei nº 8.625/93; art. 67, VI, da Lei



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Complementar Estadual nº 34/97 e 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93, vem **RECOMENDAR** à Secretária de Educação do Município de Betim que:

Não opte pela realização de processo seletivo na modalidade de “designação” para seleção de profissionais para integrarem e ocuparem os cargos da Secretaria Municipal de Educação.

O recebimento da Recomendação implica **conhecimento inequívoco das irregularidades apontadas (dolo)**, sujeitando o destinatário, na hipótese de não-atendimento, às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa por prática de ato doloso que provoca lesão ao erário, bem como a recomposição dos danos materiais e morais coletivos (art. 11, §1º, da Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, dada a urgência e a necessidade de interromper a conduta que causa dano ao erário, requisita que, após tomadas as providências cabíveis, sejam informadas a esta Promotoria de Justiça, **por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis**, as medidas adotadas com relação à presente Recomendação.

Na forma do artigo 9º da Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, requisita-se a divulgação do teor desta recomendação no diário oficial do Município, a fim de emprestar efetividade ao ato.

Atenciosamente,


ANA LUIZA DA COSTA E CRUZ

Promotora de Justiça

Excelentíssima Senhora
Marilene Silva Santana Pimenta
Secretária de Educação do Município de Betim
Betim/MG

Excelentíssimo Senhor
Vittorio Medioli
Prefeito Municipal de Betim
Betim/MG